



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS DE MIRACEMA DO TOCANTINS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**DANILO RODRIGUES CORSINO**

**AS LEIS Nº 11.645/08 E 411/12 E A TEMÁTICA INDÍGENA NAS ESCOLAS  
MUNICIPAIS DE TOCANTÍNIA, ESTADO DO TOCANTINS**

**MIRACEMA DO TOCANTINS, TO**

**2024**

**Danilo Rodrigues Corsino**

**As leis nº 11.645/08 e 411/12 e a temática indígena nas escolas municipais de Tocantínia,  
estado do Tocantins**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Pedagogia para obtenção do título de graduado e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Odilon Rodrigues de Morais Neto

Miracema do Tocantins, TO

2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- CS261 Corsino, Danilo Rodrigues.  
As leis nº 11.645/08 e 411/12 e a temática indígena nas escolas municipais de Tocantina, estado do Tocantins. / Danilo Rodrigues Corsino. – Miracema, TO, 2024.  
35 f.  
  
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2024.  
Orientador: Odilon Rodrigues de Moraes Neto  
  
1. Língua c-oficial. 2. Povo Xerente. 3. Ensino aprendizagem. 4. Tocantina do Tocantins. I. Título

**CDD 370**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

DANILO RODRIGUES CORSINO

AS LEIS Nº 11.645/08 E 411/12 E A TEMÁTICA INDÍGENA NAS ESCOLAS  
MUNICIPAIS DE TOCANTÍNIA, ESTADO DO TOCANTINS

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Pedagogia para obtenção do título de graduado e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof. Dr Odilon Rodrigues de Moraes Neto, Orientador, UFT

---

Profª. Dra Luciane Silva de Souza, Examinadora, UFT

---

Prof. Me. Silvino Sirnãwe Xerente - Seduc-TO E. E. I Waikarnãse

Dedico esta monografia às minhas duas queridas avós: Olindina Rodrigues e Maria Ferreira Corsino (Dona Sinhá). Embora não possam estar fisicamente ao meu lado para celebrar esta conclusão de curso, sei que, onde quer que estejam, estão felizes e orgulhosas de mim. Essas duas mulheres guerreiras me proporcionaram uma educação plena durante toda a minha infância, e os frutos deste trabalho certamente refletem os valores e ensinamentos que elas plantaram em mim. Este momento é dedicado a elas com todo o meu amor e gratidão por tudo que fizeram por mim ao longo da vida. Que suas bênçãos continuem a me guiar em todo o meu caminho.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão por todas as bênçãos que recebi ao longo da minha jornada na Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Miracema, iniciada em 2019. Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela oportunidade de estar aqui, pois sem ele nada seria possível.

No decorrer desses anos, enfrentamos desafios significativos, especialmente ao longo da pandemia de COVID-19. Em meio a altos e baixos, minha família foi meu pilar de apoio constante. Agradeço de todo o coração aos meus pais, José Maria Ferreira Corsino e Marizeth Rodrigues da Cunha, e aos meus irmãos, Daniel Rodrigues Corsino e Daniela Rodrigues Corsino, por todo o amor, incentivo e apoio incondicional que sempre me ofereceram.

Além disso, não posso deixar de mencionar a importância de Ana Beatriz Machado Costa em minha vida durante essa trajetória universitária. Sua presença foi uma fonte constante de motivação e encorajamento para que eu concluísse o curso com sucesso.

Dizer apenas muito obrigado a meu orientador, Prof. Dr. Odilon Rodrigues de Moraes Neto, seria injusto, pois estive disposto a me ajudar em um grande desafio de orientar uma monografia em pouco tempo, mas o fez com maestria, me proporcionou grande troca de conhecimento com suas orientações e observações pertinentes que contribuíram para a finalização deste trabalho.

Também quero expressar minha profunda gratidão aos meus amigos e colegas de curso. Suas palavras de incentivo e o suporte inestimável que me ofereceram nos momentos de dificuldade foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

A todos vocês, meu mais sincero obrigado por fazerem parte dessa jornada e por tornarem cada desafio mais fácil de superar. Sou imensamente grato por cada pessoa que cruzou meu caminho e contribuiu para meu crescimento pessoal e acadêmico. Que nossos laços de amizade e apoio mútuo permaneçam fortes no futuro.

## RESUMO

Este estudo teve como objetivo geral compreender os efeitos da implementação da lei federal n. 11.645/2008 e da lei municipal n. 411/12, para a educação municipal de Tocantínia (TO). A lei municipal n. 411/12, elaborada por dois vereadores Xerente e aprovada pelo poder legislativo da cidade, estabelece a língua Akwẽ como co-oficial no âmbito municipal. A lei federal nº 11.645/08, decreta o ensino obrigatório das histórias e culturas indígenas nas escolas brasileiras, sejam elas públicas ou particulares. Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivos específicos compreender o processo de inclusão do ensino da língua materna do povo Akwẽ -Xerente, a contratação de profissionais Xerente no cenário educacional, a formação continuada para os professores. Essas questões foram fundamentadas em autores de referência, documentos fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, legislações municipais e federais, observações de estágio curricular supervisionado, e experiências vividas como residente entre o povo Akwẽ. Com isso, foi observado a inclusão da Língua Akwẽ e a presença de profissionais, tanto indígenas quanto não indígenas, capacitados para ensinar temáticas indígenas no cenário educacional da cidade.

**Palavras-chaves:** Leis. Educação Municipal. Povo Akwẽ -Xerente.

## ABSTRACT

This study had the general objective of understanding the effects of the implementation of laws, federal n. 11,645/2008 and municipal law no. 411/12, for municipal education in Tocantínia (TO). Municipal law no. 411/12, drawn up by two Xerente councilors and approved by the city's legislative branch, establishes the Akw  language as co-official at the municipal level. Federal law no. 11,645/08 decrees the mandatory teaching of indigenous histories and cultures in Brazilian schools, whether public or private. From this perspective, the present work has the specific objectives of understanding the process of including teaching the mother tongue of the Akw -Xerente people, hiring Xerente professionals in the educational scenario, and continuing training for teachers. These questions were based on reference authors, documents provided by the Municipal Department of Education, municipal and federal legislation, observations of supervised curricular internship, and experiences lived as a resident among the Akw  people. With this, the inclusion of the Akw  language and the presence of professionals, both indigenous and non-indigenous, trained to teach indigenous themes in the city's educational setting, was observed.

**Key-words:** Laws. Municipal Education. Akw  -Xerente people.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Lei municipal n. 411/12 .....	12
Figura 2 - Escola Municipal Professor Constantino Pedro de Castro .....	20
Figura 3 - Atividade de umas das regências em comemoração à semana dos povos indígenas .....	22
Figura 4 - Clãs indígenas Xerente, e entrada dos sanitários dos estudantes.....	24
Figura 5 - Desfile da Escola Municipal Indígena Simsari.....	26
Figura 6 - Corrida Taquara e disputa do cabo de guerra nos JEMT.....	27
Figura 7 - Centro de Referência Projeto Leitura Viva.....	29
Figura 8 - Culminância do Projeto Leitura Viva .....	31

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ICAP	Instituto de Capacitação, assessoria e Pesquisa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JEMT	Jogos Escolares Municipais de Tocantínia
LDB	Lei de Diretrizes Bases
MEC	Ministério da Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PNE	Plano Nacional de Educação
SEMED	Secretaria da Educação Municipal de Educação
UFT	Universidade Federal do Tocantins

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>LÍNGUA AKWÊ NO MUNICÍPIO DE TOCANTÍNIA .....</b>	<b>12</b>
<b>2.1</b>	<b>Dados educacionais de Tocantínia .....</b>	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>ABORDAGEM DAS TEMÁTICAS INDÍGENAS NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR CONSTANTINO PEDRO DE CASTRO .....</b>	<b>19</b>
<b>3.1</b>	<b>Língua akwê e as práticas pedagógicas indígenas na escola.....</b>	<b>23</b>
<b>3.2</b>	<b>Projeto Leitura Viva.....</b>	<b>28</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>32</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>34</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Residindo em Tocantínia, cidade do interior do Estado do Tocantins, próxima à capital Palmas e prestes a completar vinte e nove anos de idade, o autor desta monografia teve a oportunidade de ingressar diretamente na convivência com o povo Xerente nas escolas da cidade durante a década de noventa. Nesse período, sua jornada educacional começou na Creche Municipal Dona Cívica, onde iniciou e concluiu a etapa da educação infantil, localizada no Bairro Vila Jacó, que atualmente não está mais integrada às entidades de ensino regular da cidade.

Posteriormente, na Escola Antônio Benvindo da Luz, que ofertava do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, cursou todos os anos iniciais. No Centro Educacional Fé e Alegria Frei Antônio, concluiu a outra parte do ensino fundamental do 6º ao 9º, e o 1º ano do ensino médio. Então, houve uma mudança de instituição de ensino na etapa no ano de 2011 do Centro Educacional Fé e Alegria Frei Antônio para a Escola Estadual Batista Professora Beatriz Rodrigues da Silva no qual deu andamento e finalizou o ensino médio, com todas estas escolas localizadas na comunidade de Tocantínia, no estado do Tocantins.

Ao longo deste percurso educacional, respaldado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que engloba princípios como igualdade de condições, pluralidade de ideias e concepções teóricas, gratuidade do ensino público em instituições oficiais e liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, o autor sempre esteve em convívio com o povo Akwẽ -Xerente nas escolas.

No entanto, o autor notou a ausência de um suporte nas escolas em que estudou sobre como ensinar as histórias e culturas dos povos originários da cidade de Tocantínia, embora a cidade seja rica nesses aspectos. Ressaltando que é importante mencionar que existe uma legislação que ampara essas lacunas dentro do contexto escolar nacional, como também uma legislação municipal que torna a língua do povo Akwẽ co-oficial na cidade.

Em dois mil e dezenove ingressou na Universidade Federal do Tocantins (UFT), no curso de licenciatura em Pedagogia, no qual realizou disciplinas de estágio curricular supervisionado nas escolas municipais de Tocantínia, que colaboraram para serem feitas observações a respeito das atividades voltadas ao ensino das histórias e culturas dos povos indígenas habitantes do território tocantiniense.

Foi observado no estágio uma lacuna significativa na implementação de estratégias pedagógicas voltadas ao ensino das histórias e culturas do povo Xerente para os habitantes desta comunidade. Pensando em melhorar a relação do diálogo e integração da cultura Akwẽ

para dentro do município, no ano de 2012, dois vereadores Xerente em mandato, sendo eles Alexandre Saporzanê Xerente e Ivan Suzawré Xerente elaboraram um projeto de lei que resultou na aprovação na câmara legislativa de uma norma municipal que tornou a língua Akwê-Xerente co-oficial em Tocantínia.

De acordo com a lei, que estabelece o apoio e incentivo ao aprendizado da língua co-oficial nas escolas, a Secretaria Municipal de Educação tomou a iniciativa de integrar o uso da língua Akwê junto ao português em todos os órgãos públicos da cidade. A eficácia da iniciativa da secretaria em relação ao ensino da língua materna Akwê nas escolas pode ser questionável, já que há uma lacuna significativa na abordagem, especialmente no que diz respeito à integração de atividades pedagógicas relacionadas às temáticas indígenas no contexto escolar.

Sendo assim, com base em documentos, leis, experiência na formação educacional do ensino básico ao médio e em estágios supervisionados curriculares em escolas municipais durante a formação superior, empreende-se este estudo com o objetivo geral de averiguar a integração e a valorização da cultura indígena no contexto escolar da zona urbana de Tocantínia. Como objetivos específicos, esta monografia pretende: Discutir a Lei 411/12 e sua implementação nas escolas do município de Tocantínia; descrever as ações da escola, onde se realizou o estágio, em relação às atividades que tratam da cultura indígena; e, explicar como o projeto Leitura Viva pode articular as ações da escola com a língua e a cultura dos povos indígenas.

Considerando o contexto educacional do município de Tocantínia do Tocantins, com um número significativo de matrículas de crianças e adolescentes Xerente nas escolas urbanas, questionamos: como o ensino da língua e da cultura Akwê estava sendo integrado nas salas de aula da zona urbana? Para investigarmos essa questão, realizamos estágios nas escolas locais, observando de perto como as tradições e os conhecimentos indígenas estão sendo abordados no ambiente educacional.

Portanto, essas questões foram selecionadas como foco de estudo e desenvolvidas em uma pesquisa que resultou na elaboração desta monografia, necessária para a conclusão do curso de licenciatura em Pedagogia.



Com a decisão sendo tomada e o projeto elaborado, resultou o encaminhamento do projeto de número 411/12 à Câmara Legislativa da cidade, e no mesmo ano sendo aprovada e sancionada em 25 de abril, determinando que o município de Tocantínia passasse a reconhecer o Akwẽ -Xerente como língua co-oficial.

Antes disso, houve a aprovação da Lei federal 11.645/2008 que tornou obrigatório o ensino da cultura e história indígena, além da cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio do país. Esta lei se torna muito importante na escola porque faz perceber que é importante que as crianças desde cedo conheçam as bases da cultura brasileira e desmistifiquem preconceitos. Porém, a formação continuada de professores precisa contemplar esse aspecto para que os docentes da escola consigam realmente colocar em suas salas de aula o que a lei traz.

A Constituição Federal de 1998, o artigo 210, diz que as escolas de ensino fundamental, serão estabelecidos conteúdos mínimos com o objetivo de garantir uma formação básica comum, respeitando ao mesmo tempo os valores culturais e artísticos tanto nacionais quanto regionais. Além disso, o ensino fundamental regular será oferecido em língua portuguesa, sendo que, para as comunidades indígenas, também está garantido o uso de suas línguas maternas e processos de aprendizagem próprios.

Os artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) também asseguram direitos à educação intercultural nas escolas brasileiras. Em consonância com o Art. 26-A, é obrigatório o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, tanto públicos quanto privados. Além disso, o § 2º estabelece que os conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros devem ser integrados em todo o currículo escolar, com ênfase nas disciplinas de educação artística, literatura e história do Brasil.

De acordo com o Art. 78, o sistema de ensino da União, em colaboração com agências federais de fomento à cultura e de assistência aos povos indígenas, deve implementar programas integrados de ensino e pesquisa, com o objetivo de oferecer educação escolar bilíngue e intercultural para as comunidades indígenas.

Esses programas visam recuperar as memórias históricas dos povos indígenas, reafirmar suas identidades étnicas, valorizar suas línguas e ciências, e garantir o acesso dessas comunidades às informações e conhecimentos técnicos e científicos, tanto da sociedade nacional quanto de outras sociedades, indígenas ou não indígenas.

Além do mais, o Art. 79, a União se compromete a fornecer apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino para promover a educação intercultural voltada às comunidades

indígenas, através do desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa. Estes programas, que devem ser planejados com a participação das comunidades indígenas, estão incluídos nos Planos Nacionais de Educação e têm como objetivos fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade, manter programas de formação para pessoal especializado na educação escolar indígena e desenvolver currículos específicos que incluam os conteúdos culturais das respectivas comunidades.

Para Baniwa (2006), Educação Escolar Indígena é a escola apropriada pelos povos indígenas, onde é utilizada para reforçar seus projetos socioculturais e também para facilitar o acesso a conhecimentos universais que são necessários e desejáveis, contribuindo assim para a capacidade de responder às novas demandas geradas pelo contato com a sociedade global.

Nesse sentido, a Educação Escolar é uma criação ocidental, que difere da educação indígena. Segundo Baniwa (2006), a educação indígena são os processos próprios de transmissão e produção dos conhecimentos dos povos indígenas. E, nesta monografia se compreende que a Educação Escolar Indígena precisa cumprir com os requisitos legais para se aproximar da realidade dos povos indígenas e das características próprias de suas necessidades.

Além disso, mesmo a escola facilitando a apropriação e apreensão de conhecimentos necessários para responder às demandas geradas pelo contato com outras culturas indígenas e com a sociedade não indígena, é necessário sempre olhar para ela com críticas (sejam positivas ou negativas) a fim de construir uma educação com os povos indígenas e não para os povos indígenas.

Nesse sentido, os povos indígenas têm direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue, conforme define a legislação nacional que fundamenta a Educação Escolar Indígena, da forma como muitos documentos determinam, dentre eles a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Após a descoberta da Lei Municipal n. 411/12, o autor encaminhou ofícios à Secretaria Municipal de Educação solicitando alguns dados importantes da educação básica da cidade de Tocantínia. Obtendo sucesso nas respostas dos ofícios, com isso serão apresentadas a seguir.

## **2.1 Dados educacionais de Tocantínia**

De acordo com dados obtidos pelo autor junto a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) o contexto educacional de Tocantínia conta com seis instituições de ensino

públicos municipais, abrangendo áreas urbanas, rurais e indígenas. Na área urbana, há três escolas. A Escola Municipal de Ensino Infantil Tereza Hilário Ribeiro, localizada no Bairro Vila Planalto, oferece educação infantil. No mesmo bairro há também a Escola Municipal Professor Constantino Pedro de Castro, que oferece ensino fundamental regular. No centro da cidade, encontra-se a Escola Municipal de Tempo Integral Antônio Benvindo da Luz, que oferece os ensinos fundamental inicial e final.

Na área rural há duas escolas: a Escola Municipal Benvindo Souza Luz, situada no Assentamento Água Fria II, a 45 quilômetros da cidade, e a Escola Municipal Ana Alves de Brito, localizada no povoado Palminha, a aproximadamente 60 quilômetros da cidade. Ambas oferecem educação infantil e ensino fundamental, tanto nos anos iniciais quanto nos finais.

No território Akwê, há uma escola municipal indígena localizada na aldeia Salto, a cerca de 12 quilômetros da cidade. Trata-se da Escola Municipal Indígena Simsari de educação infantil e mais de 27 núcleos de ensino distribuídos pelas comunidades indígenas, todos conveniados com a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins.

Em relação às estruturas das escolas municipais da educação básica, tanto na zona urbana, rural e algumas na terra indígena também aparentam ter uma boa estrutura física. Só que a situação dos núcleos da Escola Simsari espalhados nas pequenas aldeias ainda preocupa. Algo que durante o trabalho no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, como Agente Censitário Supervisor, recenseando e coletando informações sobre as características das comunidades indígenas, o que chamou atenção do autor, foram as escolas nas pequenas aldeias que recebem os núcleos.

Representando uma delas, a aldeia Traíra, localizada na região do Brupé, que na ausência do cacique durante o recenseamento do questionamento do censo 2022, uma pergunta feita ao vice-cacique se havia escola na aldeia, e a resposta foi que sim. Como não tinha conhecimento da realidade dos núcleos, solicitamos ao representante da comunidade naquele momento que mostrasse a escola para registrar fotos que seriam incluídas nos dados estatísticos do censo. Sob a sombra de uma mangueira, deparei-me com uma pequena estrutura feita de palha e ao ar livre, onde havia lousas e carteiras, algumas inteiras e outras quebradas. Os materiais didáticos dos alunos estavam improvisados sobre mesas e cadeiras.

A descrição revela uma situação preocupante quanto às condições de infraestrutura e recursos materiais disponíveis para a educação. A presença de uma estrutura de palha ao ar livre e o uso de lousas e carteiras quebradas indicam um ambiente pouco adequado para o aprendizado. Esses fatores podem dificultar o processo educacional, comprometendo a concentração e o desempenho dos alunos.

Além disso, a improvisação de materiais didáticos em mesas e cadeiras inadequadas demonstra a falta de investimento e atenção às necessidades básicas da escola. É fundamental que sejam realizados investimentos significativos na melhoria das condições físicas e na disponibilidade de recursos didáticos, garantindo um ambiente propício para o ensino e a aprendizagem.

Ainda com os dados de 2023, da Secretária Municipal de Educação (SEMED) revelando que o sistema educacional local contava com 78 professores, dos quais 48 não indígenas e 30 indígenas, todos os professores indígenas são distribuídos na Escola Municipal Indígena Simsari e seus núcleos da comunidade indígena.

A distribuição dos professores indígenas exclusivamente na Escola Municipal Indígena Simsari e seus núcleos reflete um esforço para preservar e valorizar a cultura indígena dentro do contexto educacional local. No entanto, a concentração desses educadores em uma única instituição pode limitar o alcance do conhecimento e da cultura indígena para outras escolas e alunos do sistema educacional.

Seria interessante considerar uma distribuição mais equilibrada desses professores nas escolas (urbanas e rurais) do município, a fim de promover uma maior integração cultural e ampliar o entendimento e a valorização da diversidade indígena entre todos os estudantes.

Essa distribuição contribuirá para a implementação efetiva do Art. 26-A, que determina o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena em todas as instituições de ensino fundamental e médio. Pois quando se trata da lei municipal de número 411/12, artigo 2º, parágrafo 2, acaba surgindo um ponto de alta relevância, pois nela é conceituada o incentivo ao aprendizado da língua Akwê nas instituições de ensino e nos meios de comunicação.

Como Baniwa (2006), expressou, que as transformações teóricas e as práticas em curso no campo da política linguística no Brasil têm gerado progressos significativos na vida das comunidades indígenas, como o direito de utilizar suas línguas nativas em qualquer ambiente, público ou privado, sem enfrentar repressão ou discriminação. E, é apenas por meio de um diálogo intercultural eficaz que se torna possível a convivência harmoniosa entre as lógicas da etnia e da cidadania dentro de um mesmo espaço social e territorial.

Considerando o contexto educacional da cidade em relação à língua Akwê, a secretária de educação municipal dispõe de apenas um assistente social não indígena para atender todas as escolas, incluindo aquelas com um número elevado de matrículas indígenas.

Conforme os dados da Secretária Municipal de Ensino em 2023, indicaram que há 620 crianças e adolescentes Akwê-Xerente matriculados nas instituições de ensino municipais. O

autor, que também é conselheiro tutelar, observa durante suas visitas rotineiras às escolas e eventos, que muitos desses 620 indígenas Xerente estão matriculados nas escolas da zona urbana, devido aos seus pais mudarem para área urbana para trabalhar e estudar.

A maioria destes estão matriculadas na Escola municipal Indígena Simsari e seus núcleos. A presença de apenas um assistente social não indígena para atender todas as escolas da cidade, especialmente aquelas com um número significativo de matrículas indígenas, pode ser uma preocupação para o contexto educacional local, especialmente no que se refere ao suporte à língua Akwẽ.

A diversidade cultural e linguística das comunidades indígenas demanda um conhecimento especializado e uma abordagem sensível, que pode ser dificultada pela falta de profissionais com formação e compreensão adequadas. Para melhorar o atendimento às necessidades específicas dos alunos indígenas e promover um ambiente educacional mais inclusivo, seria benéfico considerar a contratação de assistentes sociais com conhecimento e experiência em contextos indígenas, ou pelo menos oferecer capacitação específica para os profissionais atuais.

Quando falamos sobre a necessidade de profissionais da área educacional, agora falando dos professores das escolas urbanas que dominem a língua Akwẽ, é porque, durante os três estágios curriculares supervisionados realizados pelo autor em duas escolas diferentes — a Escola Municipal de Ensino Infantil Tereza Hilário Ribeiro e a Escola Municipal Professor Constantino Pedro de Castro — foi observado apenas um professor indígena formado em magistério.

Dessa forma, é importante ressaltar que as crianças indígenas que frequentam as escolas urbanas não têm contato direto com suas tradições. Mas, em relação à língua materna, uma coisa é certa: as crianças que estudam na Escola Simsari têm uma vantagem no ensino da língua Akwẽ porque contam com professores Xerente e estão imersas em suas tradições linguísticas.

A lei municipal de 2012, tem o intuito de levar a educação intercultural para promover o diálogo na língua co-oficial para dentro das instituições de ensino da área urbana. No entanto, os concursos públicos municipais oferecem vagas específicas para esse cargo, mas em quantidades insuficientes para atender às necessidades das escolas urbanas.

Para Baniwa (2006), em relação às oportunidades de trabalho, observa-se uma discriminação contra analfabetos, bilíngues iniciantes e indígenas que enfrentam dificuldades em se expressar e compreender o português. Mesmo aqueles indígenas bilíngues que possuem

graduação ou pós-graduação enfrentam obstáculos significativos em processos seletivos e de formação, pois esses processos exigem o domínio exclusivo do português.

O autor, pesquisou sobre os últimos concursos públicos do município de Tocantínia, pois no último concurso realizado pelo Instituto de Capacitação, Assessoria e Pesquisa (ICAP), na cidade de Tocantínia em 2018, foram disponibilizadas apenas quatro vagas para o cargo de professor intercultural, o que é um número muito baixo.

### **3 ABORDAGEM DAS TEMÁTICAS INDÍGENAS NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR CONSTANTINO PEDRO DE CASTRO**

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP), a Escola Municipal Professor Constantino Pedro de Castro, localizada na Rua Manoel Bandeira Neves, Nº 1193, no Setor Vila Planalto, município de Tocantínia, estado de Tocantins, é mantida pela Secretaria Municipal de Educação. Criada pela Lei nº 10/93 em 2 de março de 1993, a escola oferece modalidades de ensino do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Com um total de 133 alunos, a instituição funciona em dois turnos: matutino, para o ensino regular, e vespertino, para a jornada ampliada.

A estrutura organizacional da escola é dividida em dois turnos: matutino e vespertino, funcionando de segunda a sexta-feira. O turno matutino ocorre das 07h30min às 11h30min, atendendo alunos do 1º ao 5º ano. O turno vespertino acontece das 13h30min às 17h30min, oferecendo uma jornada ampliada no contraturno para todas as turmas. A Unidade de Ensino atende alunos a partir de 6 anos, ou que completam essa idade até 31 de março do ano corrente. Com a quantidade de alunos por turma no ano de 2024: 1º ano, 31; 2º ano, 32; 3º ano, 28; 4º ano, 13 e 5º ano 29 alunos. Totalizando 133 alunos.

Ainda conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP), o espaço físico da Escola Municipal Professor Constantino Pedro de Castro constitui-se em 05 salas de aula, com pouca iluminação e ventilação. Outros espaços como 1 cozinha, 1 secretaria, 1 sala de professor, 1 sala de direção, 1 banheiro masculino com três vasos sanitário com divisória, 1 banheiro feminino com três vasos sanitário com divisória, e 1 banheiro para funcionários.

Com a equipe pedagógica e administrativa da unidade escolar sendo composta por 11 professores, 2 monitores de sala, 3 cuidadoras, 2 coordenadoras pedagógicas, 1 secretária escolar, 1 diretora, 3 auxiliares de serviços gerais, 2 manipuladoras de alimentos, 2 porteiras serventes, 1 nutricionista e 1 monitora de ônibus. Dentre esses funcionários, vamos dar destaque ao quadro de professoras regentes de sala da escola, sendo 3 contratadas e 2 efetivas, ambas com carga horária de 30 horas semanais, esclarecendo que nenhuma destas é indígena.

Para que o direcionamento do trabalho desta escola esteja alinhado com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é importante observar o que estabelece o artigo 1º: a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve predominantemente por meio do ensino em instituições

próprias. A educação escolar deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Pensando nisso, o autor realizou cinco observações de estágios curriculares supervisionados na escola para verificar como as temáticas indígenas estavam sendo aplicadas.

Figura 2 - Escola Municipal Professor Constantino Pedro de Castro



Fonte: Registro feito pelo autor durante o Estágio Curricular Supervisionado. (2024)

Mas antes de começar as observações, o orientador da disciplina de trabalho de conclusão de curso sugeriu que o autor do trabalho tivesse uma conversa com o professor responsável pela disciplina de Estágio dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I. Achando importante a explicação do objetivo do estágio, que era a observação atentamente como as temáticas indígenas eram abordadas na escola, para que este trabalho iniciasse.

Foi então que no ano de 2024 do primeiro semestre regular do curso de pedagogia - UFT do campus de Miracema do Tocantins, o autor da pesquisa e estagiário começou o estágio curricular supervisionado na Escola Municipal Professor Constantino Pedro de Castro na turma do 1º ano do ensino fundamental.

Logo nos dois primeiros dias de observação, a professora concentrou suas aulas principalmente em português e matemática. Em português, o foco foi o início da alfabetização, com atividades voltadas para o ensino do alfabeto e os primeiros passos na leitura. Na disciplina de matemática, os alunos estavam aprendendo sobre números naturais. Até aquele momento, nada relacionado às temáticas indígenas havia sido abordado nas aulas.

Só que no terceiro dia de observação, que ocorreu em abril, coincidiu com a celebração da Semana dos Povos Indígenas e, conseqüentemente, a professora decidiu

integrar elementos da cultura indígena nas atividades da sala de aula. Fato curioso é que tanto ela, quanto os alunos não utilizaram o livro de história para explorar o tema, optando por uma abordagem diferente do habitual.

No quarto dia de observação, durante uma atividade pedagógica dedicada à Semana dos Povos Indígenas, na aula de sexta-feira, dia 12 de abril de 2024, a professora planejou e conduziu sua aula com uma apresentação na qual exibiu diversas imagens relacionadas às histórias e culturas indígenas na lousa.

Em uma das imagens, a professora enfatizou a inclusão do "arco e flecha" como um instrumento que os indígenas podem usar tanto para caçar e pescar alimentos em suas terras como para participar das competições durante festividades celebrativas, sobre as outras imagens não se manifestou muito para estar explicando aos alunos.

Collet et al. (2014, p. 13) reitera a importância de o professor falar com seus alunos a respeito das lutas e reivindicações do movimento indígena, sem perder de vista as inúmeras diferenças existentes entre as etnias em suas formas de organização, na economia, no sistema de crenças e religiosidade, nos rituais e festas, e nos conhecimentos, entre outros aspectos.

A abordagem da professora ao enfatizar o "arco e flecha" como um instrumento cultural indígena é um passo positivo na tentativa de integrar aspectos da cultura indígena no currículo escolar. Para melhorar a eficácia e a relevância em relação às outras imagens não explicadas, seria benéfico que a professora recebesse formação específica sobre a cultura indígena e que houvesse recursos adicionais, como a colaboração de especialistas ou membros das comunidades indígenas, para enriquecer a abordagem pedagógica das temáticas indígenas em sala de aula.

Collet et al. (2014, p.9) destacou que algumas sugestões de atividades em seu livro se baseiam em materiais disponíveis na internet ou de fácil acesso público. Embora algumas páginas possam ficar indisponíveis devido à natureza dinâmica da internet, acredita-se que os professores podem recriar as propostas descritas. As indicações visam incentivar os professores a utilizar diferentes linguagens, como livros, vídeos, músicas, clipes, artigos, fotografias, depoimentos, reportagens e entrevistas, para uma prática criativa e interdisciplinar ao abordar a temática indígena em sala de aula.

Assim que surgiu a oportunidade, o autor solicitou a permissão da professora para documentar a atividade proposta em sala de aula, explicando que seria um dos fundamentos para o desenvolvimento deste próprio trabalho.

A seguir é apresentado o registro.

Figura 3 - Atividade de umas das regências em comemoração à semana dos povos indígenas



Fonte: Registro feito pelo autor durante o Estágio Curricular Supervisionado. (2024)

Logo em seguida, a professora passou uma atividade aos alunos para que elaborassem desenhos relacionados às temáticas indígenas discutidas durante a explicação, com os melhores trabalhos sendo escolhidos para uma exposição no mural da escola.

No último momento da aula do dia 12 de abril, a classe, envolvendo alunos indígenas e não indígenas, participou em fileiras organizadas para ensaiar um poema para apresentação na escola em comemoração à semana dos Povos Indígenas. O poema apresentado, não era um poema atual, pois contavam com frases como: “os índios”, “dia do índio” e assim outras referindo diretamente ao termo “índio”. Nisso, a poesia ditada pelos alunos não estava alinhada com os termos atualmente utilizados pelos estudiosos.

Quando o estagiário era estudante nas escolas de Tocantínia, o Dia do Índio era celebrado. No entanto, em razão desses termos usados no poema, agora observamos que essas comemorações foram estendidas para a Semana dos Povos Indígenas, que começa a partir de 19 de abril. Sabia claramente o autor desta monografia, o motivo de transição de termos. Acontecendo porque o termo "indígena" reflete melhor a conexão natural do povo Xerente com o seu território, contribuindo para uma maior compreensão da diversidade cultural de cada etnia.

Como expressa Collet et al. (2014) que:

A denominação indígena significa, segundo os dicionários de língua portuguesa, “nativo, pessoa natural do lugar ou do país em que habita”. Apesar de parecer mais correta do que o termo índios, é importante destacar que também se trata de uma categoria trazida de fora, isto é, pelo colonizador ou não indígena. Antes da chegada dos europeus, a população nativa não tinha um nome para designar-se como coletivo. Cada povo ou etnia tinha sua própria denominação, que a distinguia das demais. (COLLET et al. 2014, p.11).

Então, o termo "indígena", conforme os dicionários de língua portuguesa, se refere a um "nativo" ou "pessoa natural do lugar ou do país em que habita", o que pode parecer uma designação mais apropriada do que "índios". No entanto, é importante reconhecer que, apesar de "indígena" ter uma conotação mais precisa e respeitosa, ainda assim é uma categorização externa, introduzida pelos colonizadores ou pessoas não indígenas.

Antes da chegada dos europeus, os povos nativos das Américas não usavam um termo coletivo único para se referir a si mesmos. Em vez disso, cada grupo ou etnia possuía sua própria designação, que refletia sua identidade específica e as suas distinções culturais. Assim, a noção de um termo uniforme como "indígena" não representa a diversidade e a individualidade dos diferentes grupos nativos, mas sim uma tentativa externa de categorização. Essa perspectiva ajuda a entender a complexidade da identidade indígena e a necessidade de respeitar as designações e as identidades culturais específicas de cada grupo.

### **3.1 Língua Akwê e as práticas pedagógicas indígenas na escola**

Durante as observações de estágios, percebemos a grande importância da Lei 411/12 dentro do município. Como também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) menciona no primeiro artigo, a prioridade das manifestações culturais na educação brasileira.

Nas observações sobre a cultura Akwê na Escola Professor Constantino Pedro de Castro, o autor pôde perceber um esforço visível por parte da escola para despertar o interesse dos alunos pela compreensão da cultura Xerente. Em alguns pontos da escola chamaram a atenção como na entrada da escola e nos sanitários.

As duas figuras demonstram algo relacionado à temática indígena dentro da escola, a primeira, os seis clãs indígenas Xerente e, a segunda, a entrada dos sanitários dos alunos da escola. Essas imagens levantaram a questão de como as crianças conseguem interpretar e compreender corretamente o significado de cada uma delas, incluindo traduções e compreensão. Sabemos que os professores da escola recebem formação continuada sobre temáticas indígenas, mas não há um professor indígena na equipe.

O Projeto Político Pedagógico da escola, no que diz respeito à equipe de profissionais do município de Tocantínia, é importante destacar que, devido à diversidade cultural presente, as formações consideram essa interculturalidade e buscam integrar os profissionais de todas as instituições educacionais municipais, abrangendo tanto a área urbana quanto a rural e a indígena.

Mas conforme Collet et al. (2014):

Cabe salientar que a elaboração de atividades não deve servir como uma “receita” a ser aplicada. Deve, em vez disso, sugerir pistas para que o professor crie e recrie atividades e projetos com seus alunos. É importante esclarecer também que, embora tenhamos associado conteúdos e recursos didáticos a segmentos de ensino específicos, os professores podem, eventualmente, adotá-los ou readequá-los para serem utilizados em outros níveis. (COLLET et. al. 2014, p,8).

Como podemos ver nas imagens a seguir:

Figura 4 - Clãs indígenas Xerente, e entrada dos sanitários dos estudantes



Fonte: Retirada das observações durante o Estágio Curricular Supervisionado. (2024)

Analisando a Figura 4 – referente a entrada dos Sanitários da Escola Municipal Professor Constantino Pedro de Castro, percebemos que esses tipos de materiais são altamente benéficos para o ensino fundamental, pois é nesse contexto que os alunos exploram diversas curiosidades.

Primeiro, os gêneros foram identificados através das figuras de boneca e boneco. Segundo, a escrita visa identificar por meio da leitura em duas línguas distintas. Por fim, a língua co-oficial do município, o Akwê -Xerente, também é utilizada como forma de identificação. A figura 4, tem pontos que estão relacionados a língua co-oficial, contendo palavras Akwê -Xerente, por isso, pesquisamos e abordamos uma pequena introdução para um entendimento melhor.

"PIKÔI" estão associadas ao sentido feminino, enquanto "AMBÂ" está associado ao masculino, e "TÊ" tem o significado de ligação a um objeto, lugar, entre outros. De certa forma, compreendemos que, com a implementação do dicionário Akwê nos órgãos públicos

ou nas escolas do município de Tocantínia, é imprescindível a criação de políticas públicas que promovam a disseminação desse conhecimento intercultural para a comunidade necessitada.

A presença da língua Akwẽ nesses espaços destaca a necessidade de iniciativas que assegurem a transmissão efetiva e contínua desse patrimônio linguístico e cultural. É fundamental que essas políticas sejam elaboradas e aplicadas para garantir que a riqueza da língua Akwẽ seja acessível a todos, promovendo assim uma maior compreensão e valorização da cultura indígena na cidade.

Resultando assim, sobre a cultura Xerente na escola, temos uma riqueza incrível pertencente à presença de muitos alunos indígenas, especialmente da comunidade Xerente. Por isso, é fundamental que os professores incluam variadas atividades que explorem e ensinem as culturas Xerente de forma mais profunda e respeitosa. Só que no resultado das observações, isso não acontece, porém, o que é feito em relação ao contexto cultural nas escolas ainda são muito limitados.

Por que segundo Baniwa (2006), é essencial reconhecer que as formas tradicionais de educação dos povos indígenas permanecem vivas e que essas práticas têm o potencial de contribuir significativamente para o desenvolvimento de políticas e práticas educacionais que sejam adequadas e capazes de atender às demandas e necessidades da realidade contemporânea.

Isso levou o autor da pesquisa a refletir sobre a falta de professores indígenas conhecedores de seu povo e de suas culturas para atuar dentro da escola. Tendo a presença de um professor com esse perfil seria fundamental para ajudar no desenvolvimento desse papel educativo, proporcionando uma compreensão das tradições Akwẽ para os alunos indígenas e não indígenas.

Às vésperas do encerramento das observações do estágio, do dia 27 a 29 de abril de 2024 aconteceu os Jogos Escolares Municipais de Tocantínia. Na tarde do dia 27, a abertura dos jogos começou com desfile, saindo de frente a sede da SEMED passando pela principal avenida da cidade, terminando na Escola de Tempo Integral Antônio Benvindo da Luz, onde ocorreu a cerimônia de abertura, com participação de todas as escolas municipais, incluindo urbanas, rurais e indígenas

O evento promoveu a visão a integração de socialização entre os estudantes da rede municipal por meio do esporte com diversas modalidades esportivas e brincadeiras: vôlei, futsal, tênis de mesa, xadrez, atletismo, cabo de guerra, corrida com taquara, dança da cadeira, corrida do ovo na colher, cobra grande, corrida de saco, entre outras.

Atividades extremamente importantes para a educação municipal.

No entanto, o estagiário prestigiou os Jogos Escolares Municipais de Tocantínia. O primeiro dia participou do desfile e dos jogos que aconteceram à noite na quadra de esportes. No dia seguinte, participou novamente, registrando todos os acontecimentos do evento relacionados às temáticas indígenas em seus relatórios de estágio.

Figura 5 - Desfile da Escola Municipal Indígena Simsari



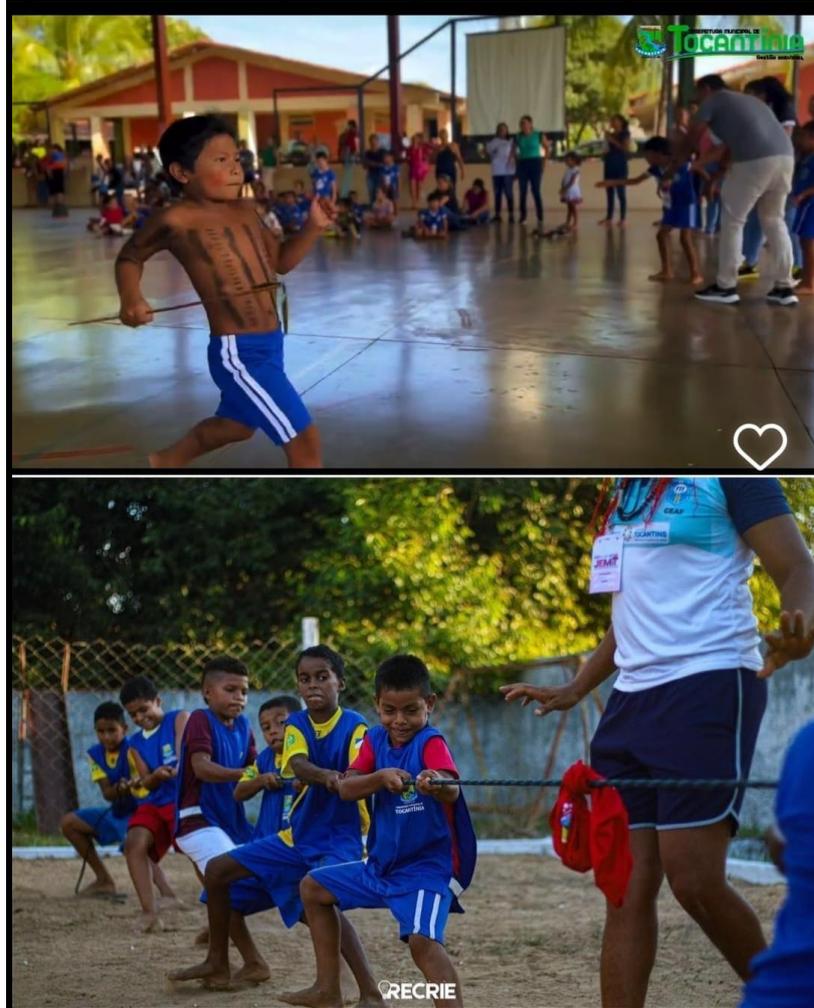
Fonte: Tocantínia (2024)

Conforme observado na figura 5, há um erro na frase “Jogos Tradicional Akwê Xerente” na faixa que os professores e alunos da escola estão manuseando. No entanto, na opinião do autor, isso não deve ser motivo de crítica, pois a língua materna do povo Xerente é o Akwê Xerente, e não o português. Para conseguir mais registros das brincadeiras e modalidades esportivas dos jogos escolares, acessou as redes sociais do município, e conseguiu várias fotos que serão demonstradas a seguir.

Durante as observações realizadas nos jogos, em nenhum momento o professor de educação física responsável pela modalidade reuniu os participantes para explicar o conceito da corrida que seria praticada. Tornando uma curiosidade para pesquisa, estudo feito. Sendo assim, é importante destacar que a corrida de taquara é mais do que uma tradição para a cultura Xerente; é uma atividade que se assemelha à emocionante corrida de revezamento olímpica. Nessa corrida, em vez do bastão tradicional das olimpíadas, os competidores

utilizam um pedaço de madeira parecido com uma lança, que desempenha um papel semelhante.

Figura 6 - Corrida Taquara e disputa do cabo de guerra nos JEMT



Fonte: Rede social da secretária de educação de Tocantínia. (2024)

Já o cabo de guerra é um jogo que atravessa gerações e culturas, mas poucos sabem que sua origem remonta aos povos indígenas. Para esses povos, o cabo de guerra não era apenas um jogo, mas sim uma prática ritualística que simbolizava a luta entre as forças da natureza. Os indígenas produziam e utilizavam cordas de fibras naturais, e a competição era realizada entre duas tribos. A corda era fixada em um ponto central, e cada equipe puxava para o seu lado, tentando vencer a resistência da outra.

---

<sup>1</sup> <sup>1</sup> Disponível em: <https://www.tocantinia.to.gov.br/blog/artigo/jogos-escolares-municipais-de-tocantinia-movimentam-os-estudantes-da-rede-municipal-de-ensino>

Para os povos indígenas, o cabo de guerra ia além de um simples jogo. Simbolizava a batalha entre as forças da natureza, como o sol e a lua, o bem e o mal, a vida e a morte. Essa prática era uma maneira de honrar os antepassados e preservar a tradição viva. A prática do cabo de guerra continua sendo de grande importância para as comunidades indígenas, pois preserva suas tradições e fortalece a identidade cultural. Além disso, esse esporte exerce um impacto social e educacional positivo, promovendo a integração entre os membros da comunidade nas escolas e incentivando a cooperação e o trabalho em equipe.

Como residente e estudante de todos os níveis de ensino – básico, fundamental e médio – nesta cidade, e agora trabalhando diretamente com as escolas como conselheiro tutelar, não tinha visto nem participado de um evento como este. Foi bonito ver a união de todas as escolas por três dias seguidos, interagindo e competindo em esportes e brincadeiras tradicionais da cultura Xerente.

Diante dos jogos escolares, reconheceu que o evento proporcionou uma interação tão produtiva e competitiva entre os alunos, como evidenciado pelas expressões faciais das crianças, se esforçando para superar a outra equipe, como mostrou na figura 7 na disputa acirrada cabo de guerra. No entanto, se preocupa ao ver que as crianças e os participantes não tiveram a oportunidade de compreender melhor a origem dessas brincadeiras da cultura indígena. Portanto, seria enriquecedor se tivessem recebido as explicações teóricas para contextualizar os jogos e brincadeiras do povo Akwẽ.

### **3.2 Projeto Leitura Viva**

O projeto Leitura Viva está estruturado de forma a oferecer diariamente uma variedade de atividades, como contação de histórias, relatos tradicionais, discursos Xerente, músicas e teatro. Além disso, o espaço inclui exposições das criações dos alunos da Rede Municipal de Educação, aberto não apenas aos moradores de Tocantínia, mas também a visitantes de outras localidades e um dos intuítos desse projeto é trazer cada vez mais as temáticas indígenas para dentro das escolas da zona urbana.

Em consonância com essas diretrizes, a cidade tem o **Centro de Referência Projeto Leitura Viva**, inaugurado pela Prefeitura de Tocantínia por meio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) no dia 7 de dezembro de 2021, na Praça Valperino Gomes de Oliveira, localizada no centro da cidade.

Como mostra a figura a seguir.

Figura 7 - Centro de Referência Projeto Leitura Viva<sup>2</sup>



Fonte: elaborada pelo autor (2024)

Na parte exterior do prédio do Projeto Leitura Viva, foi observado o uso da língua Akwẽ-Xerente nos órgãos públicos municipais, com as escolas sendo representadas em forma de pinturas artísticas. Esses detalhes são de suma importância tanto para a comunidade indígena, quanto para a não indígena.

Observa-se que o projeto Leitura Viva tem atuado principalmente nas escolas durante a Semana dos Povos Indígenas, o que é preocupante para os alunos indígenas e não indígenas. A língua Akwẽ não é limitada a essa semana; ela faz parte de todos os dias letivos do calendário escolar municipal, especialmente considerando a presença de crianças indígenas matriculadas nas instituições de ensino.

Essa preocupação surge devido à necessidade de suporte técnico-linguístico por parte de professores indígenas atuando em sala de aula. Como as escolas da zona urbana de Tocantínia não contam com professores Xerente, isso compromete a eficácia do ensino da língua Akwẽ.

De acordo com Baniwa (2006), a maioria das escolas continua ignorando e sufocando as pedagogias indígenas, o que contribui para o enfraquecimento ou desaparecimento das culturas e dos próprios povos indígenas. Se a Secretária Municipal de Educação reconhecesse essas questões nas escolas urbanas, e promovesse concursos públicos com vagas específicas

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.tocantinia.to.gov.br/blog/artigo/centro-de-referencia-do-projeto-leitura-viva-e-inaugurado-em-Tocantinia>

para professores interculturais, a alfabetização intercultural no contexto educacional urbano certamente ocorreria de forma mais homogênea, atendendo assim a necessidade dos alunos e um dos requisitos estabelecidos pela Lei nº 411/12.

É isso que o Projeto Político Pedagógico - (PPP) da Escola Municipal Professor Constantino Pedro de Castro aborda sobre o **Projeto Leitura Viva**, que destaca a preocupação com o desenvolvimento do conhecimento e a qualidade do ensino, enfatizando a importância das práticas de leitura e escrita na formação de leitores desde a infância. Com esse objetivo, foi criado o Projeto Leitura Viva, que visa estimular a leitura e proporcionar um diferencial no currículo escolar. O projeto busca aprimorar a qualidade da aprendizagem em leitura e escrita dos alunos da Rede Municipal de Ensino e da comunidade local, despertando a consciência sobre a importância do hábito de ler.

Um dos objetivos do projeto é desenvolver habilidades relacionadas à leitura, interpretação e produção de texto, estimulando o gosto pela leitura e escrita, e melhorando o processo de ensino-aprendizagem em diversas áreas de conhecimento. Isso visa ampliar o conhecimento linguístico e cultural dos alunos, proporcionando-lhes uma visão crítica e contextualizada dos assuntos dentro e fora da sala de aula.

Segundo a visão de Busolli e Laroque (2018), “visando produzir avanços nesse cenário é que a Lei 11.645/2008 fora promulgada. Com o intuito de inserir questões relacionadas às populações indígenas e afro-brasileiras de maneira mais contundente nas discussões em sala de aula e conscientizar os alunos, futuros agentes da sociedade, a tratarem com respeito e perceberem a importância dessas populações para a constituição da nação brasileira”.

Após alguns dias, ao acessar o site da prefeitura municipal, estava lá uma publicação sobre a culminância do **Projeto Leitura Viva: Manifestação da Cultura Akwê**, para o qual a turma ensaiou para apresentar. Segundo o portal oficial de notícias de Tocantínia, no dia 25 de abril de 2024, na Escola Municipal Professor Constantino Pedro de Castro em Tocantínia, aconteceu a culminância do Projeto Leitura Viva referente ao primeiro bimestre, tendo como temática questões relacionadas com a Manifestação da Cultura Akwê Xerente.

A Culminância contou com várias apresentações com diferentes gêneros textuais como paródias, contação de poemas, músicas e teatro. Na oportunidade, estiveram presentes ao acontecimento, pais de alunos, alunos de outras escolas e a Coordenadora do Projeto Leitura Viva, C. L. D. A coordenadora pedagógica da unidade escolar, S. A. B, destacou que esse projeto é de suma importância para o processo de ensino aprendizagem dos alunos, pois é trabalhado durante todo o bimestre. ”

Figura 8 - Culminância do Projeto Leitura Viva<sup>3</sup>

Fonte: Tocantínia (2024)

Segundo Collet et al. (2014), a importância de abordar a temática indígena na sala de aula não apenas por ser "politicamente correto" ou porque os indígenas são nossas raízes, mas também devido às graves situações de conflito, discriminação e violência que os povos indígenas enfrentam.

Essa questão afeta tanto os indígenas quanto os não indígenas, pois está relacionada à intolerância ao diferente e à persistência de ideologias ultrapassadas, como o evolucionismo, integracionismo e racismo, em um estado democrático. Portanto, é essencial educar crianças e jovens para desenvolver um olhar crítico sobre a conformação da nação brasileira e as relações de desigualdade presentes nela.

---

<sup>3</sup> A atividade da Culminância do Projeto Leitura Viva está disponível em: <https://www.tocantinia.to.gov.br/blog/artigo/escola-municipal-de-tocantinia-promove-a-culminancia-do-projeto-leitura-viva>

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, buscou-se compreender os desdobramentos das leis voltadas para as temáticas indígenas no contexto educacional de Tocantínia do Tocantins, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental e experiência vivencial na cidade.

A lei municipal nº 411/12, sendo proposta por dois vereadores Xerente e aprovada pelo legislativo municipal, que visou promover o ensino da língua Akwẽ no município, dando suporte ao trabalho à legislação federal nº 11.645/08, que estabelece o ensino obrigatório das culturas indígenas nas escolas brasileiras, para a valorização e preservação da diversidade cultural através da educação.

Estes objetivos foram embasados em estudos de autores renomados, documentos da Secretaria Municipal de Educação, legislações municipais e federais pertinentes, observações de estágio curricular supervisionado e vivências pessoais como residente junto ao povo Akwẽ.

Conforme essas metodologias, os destaques foram para a importância da inclusão da língua Akwẽ e de profissionais qualificados, tanto indígenas quanto não indígenas, para o diálogo da língua Akwẽ e ensino efetivo das temáticas indígenas no contexto educacional do município, com foco maior na zona urbana.

Neste cenário, a pesquisa não apenas expressou os resultados dos efeitos das leis, mas também buscou contribuir para o fortalecimento da educação intercultural e para o respeito à diversidade étnica e cultural presente na cidade. Com o suporte dos canais oficiais do site e das redes sociais do município, coletou registros fotográficos, sendo possível apresentar diversas imagens que demonstram a inclusão da língua Akwẽ nos órgãos como forma oficial, e as implementação das práticas pedagógicas voltadas às temáticas do povo Xerente nas escolas de Tocantínia.

No entanto, ao observar de perto, tornou-se evidente que as temáticas indígenas, conforme estabelecido pela lei municipal, de alguma forma estão sendo incorporadas às práticas educacionais. Durante as visitas às salas de aula e nas participações em atividades escolares, foram observados que houve lacunas significativa no ensino das histórias e culturas do povo Xerente aos alunos. Apesar da língua materna do povo Xerente ter sido apresentado em algumas partes dos lugares onde realizadas as pesquisas desta monografia, seu uso foi limitado.

Por fim, o estudo não apenas revelou os avanços e desafios encontrados na aplicação das políticas educacionais voltadas para as escolas municipais e comunidade indígena e não indígena, mas também destaca a importância contínua de iniciativas que venha a promover

uma educação mais inclusiva e culturalmente diversa, respeitando e valorizando as tradições e conhecimentos dos povos originários da cidade de Tocantínia do Tocantins

## REFERÊNCIAS

BUSOLLI, Jonathan; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. A lei 11.645/2008 e os indígenas nos livros didáticos de história do ensino. In: REVISTA TRANSVERSOS. “Dossiê: Histórias e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas – 10 anos da Lei 11.645/08”. Rio de Janeiro, n.º. 13, MAI-AGO, 2018, pp. 35-52. Disponível em: &lt;http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos&gt; ISSN 2179-7528. DOI:10.12957/transversos.2018.35937.

BRASIL. (17 de março de 2008). **LEI Nº 11.645, DE 10 março DE 2008**. Fonte: Casa Civil da República: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 1 jan. 2017.

COLLET, Célia: **Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas** / Célia Collet, Mariana Paladino, Kelly Russo. – Rio de Janeiro: Contracapa Livraria; Laced, 2014

EDUCAÇÃO, S. M. (08 de novembro de 2023). **Prefeitura de Tocantínia - TO. Ofício Nº235/2023/SEMED**. Tocantínia, Tocantins, Brasil.

ICAP. (Janeiro de 2018). **Concursos Públicos**. Fonte: ICAP- Instituto de capacitação, assessoria e pesquisa: <https://concursos.icap-to.com.br/informacoes/50/>

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional,2006. 224p. (Coleção Educação Para Todos, Série Vias dos Saberes, n.1). ISBN 85-98171-57-3

REPÚBLICA, P. d. (2009). **Decreto Nº 6.861, de 27 de maio de 2009**. Fonte: [gov:www.planalto.gov.br](http://gov.www.planalto.gov.br)

TOCANTÍNIA. (17 de 03 de 2012). **Lei n. 411/2012 - Do Município de Tocantínia /TO**. Fonte: Repositório Brasileiro de Legislações Linguísticas: <https://direitolinguistico.com.br/repositorio/s/rbll/item/30#lg=1&slide=0>

TOCANTÍNIA, P. M. (26 de abril de 2024). **Escola municipal de Tocantínia promove a culminância do Projeto Leitura Viva**. Fonte: Prefeitura de Tocantínia: <https://www.tocantinia.to.gov.br/blog/artigo/escola-municipal-de-tocantinia-promove-a-culminancia-do-projeto-leitura-viva>

TOCANTÍNIA. (28 de maio de 2024). *Prefeitura de Tocantínia*. Fonte: **Jogos Escolares Municipais de Tocantínia movimentam os estudantes da Rede Municipal de Ensino**: <https://www.tocantinia.to.gov.br/blog/artigo/jogos-escolares-municipais-de-tocantinia-movimentam-os-estudantes-da-rede-municipal-de-ensino>

TOCANTÍNIA. (08 de dezembro de 2021). **O Centro de Referência do Projeto Leitura Viva é inaugurado em Tocantínia**. Fonte: Prefeitura de

Tocantínia:<https://www.tocantinia.to.gov.br/blog/artigo/centro-de-referencia-do-projeto-leitura-viva-e-Inaugurado-em-Tocantínia>